

A inclusão educacional no ensino superior de alunos com TEA em Universidades Federais

Luiz Carlos Leite

Universidade Federal de Itajubá, d2023004971@unifei.edu.br

Paloma Alinne Alves Rodrigues

Universidade Federal de Itajubá, palomaaap@unifei.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir criticamente sobre a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior, a partir das vivências de três discentes dos cursos de Matemática (bacharelado e licenciatura) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI-MG). O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação social, a flexibilidade comportamental e os modos de interação com o mundo (DSM-5, 2013). Embora as legislações brasileiras, como a Lei nº 12.764/2012 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), garantam o direito à educação inclusiva, a realidade no ensino superior ainda é marcada por obstáculos institucionais e pedagógicos que comprometem a permanência e o bem-estar dos estudantes autistas. Como ponto de partida, foi realizado um levantamento bibliográfico em nove periódicos científicos da área de Educação e Ciências com estratos Qualis A1 a B1, utilizando os descritores “autismo”, “ensino superior”, “ensino de matemática” e “inclusão educacional”. Foram encontrados mais de 2.000 artigos, mas menos de 15 abordavam a inclusão de estudantes com TEA, e apenas uma fração deles tratava da realidade universitária. Essa lacuna acadêmica foi determinante para a escolha do tema desta pesquisa, evidenciando a invisibilidade desse grupo no meio científico e a urgência de ampliar as discussões sobre suas experiências. Em periódicos como *Ciência & Educação* (A1), *ARETÉ* (A1) e *Alexandria* (A2), a predominância ainda é de enfoques voltados ao ensino básico e abordagens clínicas, o que reforça a ausência de dados que problematizem a realidade do ensino superior inclusivo. Ao dar visibilidade às trajetórias dos estudantes com TEA da UNIFEI, o presente estudo contribui para a produção de conhecimento situada e sensível às singularidades da neurodiversidade no contexto universitário. Os dados reforçam que a inclusão não pode se limitar à matrícula: ela requer práticas pedagógicas adaptadas, acolhimento institucional, políticas de apoio e, sobretudo, escuta ativa. Conclui-se que pensar um ensino superior inclusivo é reconhecer a pluralidade de formas de aprender e existir, e assumir o compromisso ético com a equidade no cotidiano universitário.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas. Belém: UFPA.

ALEXANDRIA: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia. Florianópolis: UFSC.

ARETÉ: Revista Eletrônica. Universidade do Estado do Amazonas.



BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 2, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

CIÊNCIA & EDUCAÇÃO. Bauru: UNESP.

DSM-5. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

HISTEMAT: Revista de História da Educação Matemática. São Paulo: SBEM.

REMAT: Revista de Educação Matemática. São Paulo: SBEM-SP.

REVISTA AMBIENTE & EDUCAÇÃO. Maringá: UEM.

REVISTA CIÊNCIAS & COGNIÇÃO. Rio de Janeiro: Instituto Ciências e Cognição.

TANGRAM: Revista de Educação Matemática. Belo Horizonte: UFMG.